



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

## ATA - TRE/PRE/DG/ASPEG

### ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2018

**Data:** 27 de março de 2018

**Horário de Início:** 11h

**Horário de Término:** 12h20

**Local:** Sala da Presidência do TRE

**Coordenadora da Reunião:** Rosana de Nazaré Menezes Matos – Assessora de Planejamento, Estratégia e Gestão

#### **Pauta:**

1. Apresentação do resultado dos indicadores do Planejamento Estratégico em 2017;
2. Metas Nacionais e Específicas de 2017 para a Justiça Eleitoral; e
3. Apresentação de Relatório do Núcleo de Estatística.

#### **Participantes:**

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro	Presidente do TRE-PA	<a href="mailto:desacelia@tre-pa.gov.br">desacelia@tre-pa.gov.br</a> <a href="mailto:gab-pre@tre-pa.gov.br">gab-pre@tre-pa.gov.br</a>
Edson da Cruz Costa	DG	<a href="mailto:ecosta@tre-pa.gov.br">ecosta@tre-pa.gov.br</a>
Rosana de Nazaré Menezes Matos	ASPEG	<a href="mailto:rmatos@tre-pa.gov.br">rmatos@tre-pa.gov.br</a>
Ana Carolina Leão Alencar	ASPEG	<a href="mailto:anacarolina@tre-pa.gov.br">anacarolina@tre-pa.gov.br</a>
Victor Hugo da Silva Santos	ASPEG	<a href="mailto:victorhugo@tre-pa.gov.br">victorhugo@tre-pa.gov.br</a>
Hérika Carla da Costa Sodré de Souza	95ª ZE	<a href="mailto:hsodre@tre-pa.gov.br">hsodre@tre-pa.gov.br</a>
Samuel Carvalho Marinho	SCIA	<a href="mailto:smarinho@tre-pa.gov.br">smarinho@tre-pa.gov.br</a>
Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva	CAOG/SCIA	<a href="mailto:mcavalcante@tre-pa.gov.br">mcavalcante@tre-pa.gov.br</a>
Luciana Cristina Soares Felipe	SAC/CAOG/SCIA	<a href="mailto:lucianafelipe@tre-pa.gov.br">lucianafelipe@tre-pa.gov.br</a>
Ana Claudia Costa de Almeida Raiol	SAC/CAOG/SCIA	<a href="mailto:anaclaudia@tre-pa.gov.br">anaclaudia@tre-pa.gov.br</a>
Walber Joaquim dos Remédios	SA	<a href="mailto:wremedio@tre-pa.gov.br">wremedio@tre-pa.gov.br</a>
Rodrigo Augusto Nascimento Monteiro Valdez	SGP	<a href="mailto:rvaldez@tre-pa.gov.br">rvaldez@tre-pa.gov.br</a> <a href="mailto:bracruz@tre-pa.gov.br">bracruz@tre-pa.gov.br</a>
Ricardo Serruya de Medeiros	SOFC	<a href="mailto:rserruya@tre-pa.gov.br">rserruya@tre-pa.gov.br</a>
Felipe Houat de Brito	STI	<a href="mailto:felipe.brito@tre-pa.gov.br">felipe.brito@tre-pa.gov.br</a>

Edilea da Rocha Nogueira Eutrópio	ASSESPRE	<a href="mailto:nogueira@tre-pa.gov.br">nogueira@tre-pa.gov.br</a>
Bruno Giorgi Almeida e Silva	ASPRE	<a href="mailto:bsilva@tre-pa.gov.br">bsilva@tre-pa.gov.br</a>
Luciana Maria Alves de Souza	EJE	<a href="mailto:lsouza@tre-pa.gov.br">lsouza@tre-pa.gov.br</a>
Maria Beatriz Carneiro Lima	COPJC/CRE	<a href="mailto:mariabeatriz@tre-pa.gov.br">mariabeatriz@tre-pa.gov.br</a>
Cláudio Luiz Santos Silva	SINDJUF-PA/AP	<a href="mailto:csilva@tre-pa.gov.br">csilva@tre-pa.gov.br</a>

## **1º Assunto: APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DOS INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM 2017**

A servidora Rosana Matos, Assessora de Planejamento, Estratégia e Gestão, iniciou a reunião esclarecendo que periodicamente a organização deve realizar as reuniões de análise da estratégia para acompanhamento da medição dos indicadores do planejamento estratégico e para tratar de assuntos relevantes que devem ser monitorados pelo Comitê Gestor do TRE.

O servidor Victor Santos, assistente da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, apresentou o acompanhamento do desempenho da estratégia do TRE no ano de 2017. Ressaltou inicialmente que, para fins de cálculo, 15 (quinze) indicadores não foram contabilizados pelas seguintes situações: indicadores medidos apenas em anos eleitorais, indicadores reestruturados junto às unidades e indicadores pendentes de definição de metas. Para esta última situação, que trata especificamente de indicadores novos, houve solicitação de algumas unidades para que a mensuração durante os anos iniciais servisse para posicionar o tribunal em um determinado cenário e, a partir daí, de posse desses dados, fixadas as metas para os anos posteriores.

Lembrou que o planejamento estratégico vigente é para o ciclo 2016-2021, possuindo 8 (oito) macrodesafios divididos em 46 (quarenta e seis) indicadores estratégicos, tendo alcançado a meta preestabelecida em 58% (cinquenta e oito por cento) dos indicadores que foram acompanhados no ano em referência. O servidor continuou a apresentação informando o desempenho para cada macrodesafio individualmente.

O macrodesafio “Garantia dos Direitos de Cidadania” possui 7 (sete) indicadores, tendo sido medidos 4 (quatro) indicadores que atingiram desempenho de 50% (cinquenta por cento).

O macrodesafio “Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa” possui 4 (quatro) indicadores, tendo sido medido 1 (um) indicador que atingiu desempenho de 100% (cem por cento).

O macrodesafio “Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral” possui 5 (cinco) indicadores, tendo sido medido 1 (um) indicador que atingiu desempenho de 100% (cem por cento).

O macrodesafio “Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional” possui 7 (sete) indicadores, tendo sido medidos todos os indicadores que atingiram desempenho de 29% (vinte e nove por cento).

O macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas” possui 8 (oito) indicadores, tendo sido medidos 5 (cinco) indicadores que atingiram desempenho de 60% (sessenta por cento).

O macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária” possui 4 (quatro) indicadores, tendo sido medidos todos os indicadores que atingiram desempenho de 50% (cinquenta por cento).

O macrodesafio “Instituição da Governança Judiciária” possui 7 (sete) indicadores, tendo sido medidos 4 (quatro) indicadores que atingiram desempenho de 50% (cinquenta por cento).

O macrodesafio “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC” possui 5 (cinco)

indicadores, tendo sido medidos todos os indicadores que atingiram desempenho de 100% (cem por cento).

A Assessora esclareceu que a gestão estratégica do TRE ainda precisa evoluir para além de somente medir os indicadores. É necessário que a assessoria consiga se estruturar para melhorar o nível de acompanhamento, através da implementação de avaliações do desempenho das metas, de identificações das razões para o não atingimento dos resultados desejados, e do estabelecimento de tratamentos específicos para cada situação.

## **2º Assunto: METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS DE 2017 PARA A JUSTIÇA ELEITORAL**

O servidor Victor Santos iniciou a apresentação informando que, em 2017, havia 2 (duas) Metas Nacionais e 3 (três) Metas Específicas do Poder Judiciário, definidas para a Justiça Eleitoral.

A Meta Nacional nº 1 tinha como objetivo “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente” e estaria cumprida caso o tribunal julgasse, no mínimo, 1 (um) processo a mais do que o número de distribuídos. Pelo acompanhamento da meta, desde Setembro de 2017 o tribunal já havia superado a meta, tendo mantido o desempenho até o final do exercício.

Foi ressaltado que no mês de Janeiro de 2017, o gráfico de medição da meta, gerado no Sistema Nacional de Metas, mostrava um número elevado de processos distribuídos em comparação com os demais meses em virtude de orientação do Conselho Nacional de Justiça, para que o tribunal considerasse como distribuídos os processos de prestação de contas dos candidatos não-eleitos em 2016.

O resultado da Meta Nacional nº 1 registrado em dezembro de 2017 foi de 124,65% (cento e vinte e quatro vírgula sessenta e cinco por cento) de cumprimento da meta.

A Meta Nacional nº 2 tinha como objetivo “identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015”. O tribunal não conseguiu atingir a meta, tendo alcançado um resultado de cumprimento de 97,79% (noventa e sete vírgula setenta e nove por cento).

Para atingimento da meta, seria necessário julgar 1.899 (mil oitocentos e noventa e nove) processos. Até Dezembro de 2017, o tribunal conseguiu julgar 1.857 (mil oitocentos e cinquenta e sete) processos, tendo ficado pendentes, para atingimento da meta, 42 (quarenta e dois) processos para serem julgados, sendo 17 (dezessete) no primeiro grau e 25 (vinte e cinco) no segundo grau.

A Meta Específica nº 1 tinha como objetivo “identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias”.

Houve demora na liberação do glossário (documento que estabelece em detalhes a medição da meta), que foi enviado para os tribunais apenas em julho de 2017. No glossário, ficou estabelecido que a meta seria medida quadrimestralmente e estaria cumprida se no final do ano o percentual de cumprimento fosse igual a 70% (setenta por cento) em cada instância.

O tribunal alcançou, no primeiro grau, 26,47% (vinte e seis vírgula quarenta e sete por cento) de cumprimento, e, no segundo grau, 25,53% (vinte e cinco vírgula cinquenta e três por cento) de cumprimento.

A meta foi aprovada novamente para medição no ano de 2018, devendo o tribunal buscar medidas para melhorar o acompanhamento e aumentar o percentual de cumprimento.

A Meta Específica nº 2 tinha como objetivo “publicar, até 31/12/2017, a norma regulamentadora do Sistema de Governança e Gestão para a Justiça Eleitoral”, que foi cumprida pelo tribunal com a publicação da Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, em 15 de dezembro de 2017.

Informou-se que, em reunião no TSE, no mês de junho do 2017, com os assessores de planejamento e gestão, foi acordado que a publicação da norma seria conduzida pelo TSE e

seria uma norma regulamentadora para a Justiça Eleitoral como um todo. Os regionais participaram da construção e avaliação da norma, mas até o momento não houve a publicação pelo TSE.

Alguns regionais resolveram, a exemplo do TRE-PA, elaborar e publicar norma específica para seus tribunais.

A Meta Específica nº 3 tinha como objetivo “atingir 80% no grau de satisfação dos eleitores quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, através da instituição de mecanismo de aferição permanente”.

Os trabalhos para atingimento da meta foram conduzidos pela Ouvidoria, com orientação e instrução da Ouvidoria do TSE, com repasse de relatórios quadrimestrais para aquele tribunal superior calcular. O TRE-PA atingiu o cumprimento da meta com o resultado de 80,39% (oitenta vírgula trinta e nove por cento) de satisfação do público consultado.

Informou-se que até o momento os glossários finais das metas específicas definidas para 2018 ainda não foram liberados para a Justiça Eleitoral.

### **3º Assunto: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DO NÚCLEO DE ESTATÍSTICA**

O servidor Samuel Marinho, Secretário de Controle Interno e Auditoria, informou que seriam apresentados aspectos tanto sobre o relatório produzido pelo Núcleo de Estatística quanto sobre a composição e o funcionamento do núcleo.

A servidora Mayra Cavalcante, Coordenadora de Acompanhamento da Governança e Gestão, iniciou mencionando sobre o trabalho desenvolvido para a obtenção do Selo Justiça em Números – Categoria Diamante. Ressaltou que o grupo de trabalho constituído gerenciou as atividades, mas as informações produzidas foram resultados não só do esforço do grupo de trabalho, mas principalmente do comprometimento e da união das unidades do tribunal, como enfatizam as palavras do Corregedor e da Presidente quando dizem que o “Selo é de todos nós!”. Lembrou as visitas recebidas pelo TRE-PA de representantes de dois tribunais regionais eleitorais, que vieram conhecer a estratégia adotada para a obtenção do Selo Diamante.

Prosseguiu com uma recapitulação acerca do Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de uma instituição pública que busca o aperfeiçoamento do sistema judiciário, através de trabalhos atinentes à política judiciária, publicações normativas, prestação de serviços à sociedade e defesa da moralidade administrativa. Enfatizou a atuação importante do CNJ no que se refere à gestão pública, através da definição de metas para os segmentos de Justiça, da estratégia nacional do Poder Judiciário e dos trabalhos na área de estatística.

O Justiça em Números é a fonte oficial de dados estatísticos do Poder Judiciário, que subsidia toda a gestão judiciária. Desde a sua criação, o conselho desenvolveu e consolidou um trabalho de conscientização e valorização dos dados estatísticos, para mostrar a importância dos levantamentos para o estabelecimento de metas, objetivos e planos estratégicos. Em 2005, o conselho lançou o sistema de estatística do Poder Judiciário e, em 2006, regulamentou-o. Em 2007, publicou a Resolução nº 49 com a orientação para a constituição do núcleo de estatística nos órgãos. Em 2009, publicou a Resolução nº 76 com o estabelecimento de princípios para o sistema de estatística, prazos para envio dos dados pelos tribunais e penalidades para o não repasse de dados.

Em 2013, o CNJ criou o Selo Justiça em Números com a intenção de premiar os órgãos que atendem ao levantamento estatístico, que demonstram interesse em desenvolver um trabalho de excelência e que buscam tornar seus dados mais confiáveis. Na criação da premiação, o conselho categorizou do selo — Bronze, Prata, Ouro e Diamante — e definiu para cada categoria o preenchimento de determinados requisitos.

Em 2014, o TRE-PA recebeu o Selo Bronze, atendendo ao requisito inicial de envio dos dados.

Com publicação da Portaria nº 125/2015, o CNJ estabeleceu como um dos requisitos para pontuação do Selo Justiça em Números a comprovação, pelos tribunais, da constituição do

núcleo de estatística, seu efetivo funcionamento e a utilização nas reuniões de análise da estratégia dos dados produzidos pelo núcleo.

Após o histórico apresentado, a servidora relacionou os itens que seriam abordados: andamento dos trabalhos do Núcleo de Estatística, abordagem sobre o plano de ação e a apresentação do relatório produzido pelo núcleo.

O Núcleo de Estatística do TRE-PA foi instituído pela Portaria nº 16.024/2016, sendo composto pela Coordenadoria de Acompanhamento da Governança e Gestão, Seção de Apoio à Accountability, Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e pelo servidor Juvenal Vieira Pereira, que possui formação em Estatística.

As atribuições do núcleo são subsidiar o processo decisório da Administração, auxiliar a gestão na racionalização do processo de modernização institucional e enviar dados para a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ. Em 2018, o Núcleo realizou a primeira reunião em 16 e 17 de janeiro e a segunda em 19 e 20 de fevereiro, para a elaboração do relatório.

O plano de ação para os trabalhos referentes ao Selo Justiça em Números já está aprovado pela Presidência e traz o mapeamento dos riscos que possam impactar o projeto. Com relação à atuação do núcleo, identificou-se o risco acerca de sua composição no que diz respeito à participação do servidor estatístico. Por estar atualmente lotado em zona eleitoral do interior, conta-se com a compreensão do juiz eleitoral para liberá-lo para as atividades, além da logística envolvida para a conciliação de agendas.

O risco de atuação insuficiente do núcleo foi classificado como 'médio' e deve ser mitigado através da revisão da composição e das atribuições do Núcleo de Estatística. A primeira ação para tratamento do risco foi a elaboração de informação para discutir a alteração da composição, principalmente com relação à participação ativa da equipe do controle interno, na construção de dados que impactam nas decisões da Administração, pois a unidade não pode realizar cogestão.

O Secretário esclareceu que a razão de ser do núcleo é agir como consolidador dos dados enviados periodicamente para o CNJ e a melhoria a ser buscada é que esses dados sejam usados para fomentar a gestão e o processo decisório. Foi realizada uma pesquisa em todos os regionais sobre o funcionamento dos núcleos. A intenção não é que o controle interno permaneça à parte do trabalho. A proposta é que a equipe continue como membro mas não presidindo, a fim de se evitar questionamentos dos órgãos de controle.

A servidora Mayra Cavalcante retomou a apresentação explicando a necessidade das unidades provedoras dos dados participarem do núcleo, como a Corregedoria e a Secretaria Judiciária, em virtude da grande quantidade de informações relativas à gestão judiciária.

O Secretário ressaltou que o núcleo não possui uma estrutura com função, reúne-se precariamente e, embora tenha como componente um servidor com formação em Estatística, não existe ainda no quadro do tribunal o cargo de Analista Judiciário com essa especialidade. É necessário implementar melhorias no trabalho sob responsabilidade do Núcleo de Estatística, assim como do Núcleo Socioambiental, que também é uma unidade sem estrutura adequada. O tribunal está com um olhar muito reativo para essas questões e precisa ter uma visão de futuro menos curta, se quiser manter a vanguarda no desempenho na premiação do selo. Outra unidade bastante estratégica é a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, que possui muitas demandas e está com a estrutura extremamente sufocada, frente à realidade constatada em outros regionais.

Sobre o levantamento realizado, a servidora Mayra Cavalcante informou que apenas 18 regionais possuem núcleo constituído; 24 não possuem estrutura/unidade/seção específica para os trabalhos de estatística; apenas 8 possuem estatístico no quadro; e somente em 2 regionais há a participação do controle interno.

A servidora Luciana Felipe, da Seção de Apoio à Accountability, apresentou o relatório de análise produzido pelo núcleo que tem como tema para o ano de 2018 o Relatório Justiça em Números 2017 – Ano Base 2016. No Encontro Nacional do Poder Judiciário, o CNJ enfatizou a utilização dos dados do relatório para o melhoramento da gestão dos órgãos.

O relatório do Núcleo de Estatística é um comparativo dos cadernos do Justiça em

Números relativos aos anos de 2015 e 2016. O núcleo considerou três aspectos para a elaboração do relatório:

- 1º: dentre as muitas variáveis trabalhadas pelo Justiça em Números, o Núcleo de Estatística optou por focar na Gestão Judiciária, por ser o principal serviço apresentado à sociedade, através da prestação jurisdicional;
- 2º: comparativos apenas entre os TREs de médio porte, onde estão classificados o TRE-PA e mais dez outros regionais; o CNJ categoriza os tribunais por porte, através da análise de quatro variáveis – despesas totais do tribunal; quantidade de processos que tramitaram no ano-base; número de magistrados; e força de trabalho (servidores e auxiliares); e
- 3º: análise dos anos de 2015 e 2016, por serem os períodos mais recentes e com dados mais completos.

A título de exemplificação de como o relatório está estruturado, algumas das variáveis medidas para o TRE-PA e analisadas foram:

- índice de produtividade dos magistrados, que considera a quantidade de processos baixados e quantidade de magistrados em atuação no período. Nessa variável, houve um aumento de 763% (setecentos e sessenta e três por cento) em 2016 com relação a 2015, o que representou o terceiro maior crescimento entre os tribunais de médio porte; e
- índice de casos novos por magistrado; no 1º grau, houve crescimento de 2.272% (dois mil, duzentos e setenta e dois por cento), representando o maior crescimento entre os tribunais de médio porte. No 2º grau, o aumento foi de 400% (quatrocentos por cento), o que representou o terceiro pior resultado entre os regionais do mesmo porte.

O Secretário explicou que o relatório contém a comparação de outras variáveis que pode servir para nortear as ações dos gestores, principalmente das áreas da Corregedoria e da Secretaria Judiciária, por ser a maior parte do relatório acerca da gestão judiciária. Os próximos passos do trabalho é continuar no tratamento dos riscos e modificarmos a estrutura do núcleo.

Enfatizou que a Governança se faz no momento em que a organização fortalece as estruturas. A Governança se faz com pessoas, mas deve ser feita independente das pessoas. Atualmente, a Presidência patrocina a instituição de uma boa governança e a organização precisa garantir a manutenção dessa linha de trabalho, através da consolidação de uma estrutura de apoio à boa gestão.

Concluiu salientando que trabalhar a Governança na instituição é deixar que as estruturas falem independentes das pessoas, sendo que as pessoas são muito importantes nos aspectos que norteiam a boa governança quanto à liderança, transparência e ética.

Ao final da apresentação, a equipe da Secretaria de Controle Interno e Auditoria propôs o encaminhamento do relatório confeccionado pelo Núcleo de Estatística, na íntegra, às macrounidades, em especial à Secretaria Judiciária e à Corregedoria Regional Eleitoral, tendo em vista o foco do documento produzido nos dados relativos à Gestão Judiciária.

## **CONSIDERAÇÕES DA DESEMBARGADORA PRESIDENTE**

A Presidente ressaltou a necessária conscientização de cada um com relação a sua responsabilidade, bem como a importância da iniciativa com parceria, do trabalho em equipe e do conhecimento sobre a realidade do tribunal.

Rememorou seu trabalho de quatro anos como coordenadora de Juizado Especial e o contato que teve com a parte de estatística. Mencionou ainda o trabalho desenvolvido no Tribunal de Justiça pelo Núcleo Ambiental.

Prosseguiu enfatizando a necessidade de direcionar a visão para a melhoria do futuro e não

para as dificuldades, para que cada servidor possa demonstrar seu potencial e destacar suas atividades e unidades, buscando, assim, de forma cautelosa a resolução das situações com avanço e profissionalismo.

Na área da Governança, ressaltou o avanço iniciado pela equipe de controle interno, reforçando que o tribunal deve sempre buscar condições para trabalhar com ética, responsabilidade, tranquilidade e de forma qualificada.

Mencionou os avanços no programa de revisão biométrica com o fechamento de várias parcerias e convênios ainda no final do ano de 2017, lembrando que embora no início de sua gestão a meta estabelecida fosse de apenas quatro municípios, esta será concluída com a revisão biométrica em 31 cidades. Tudo isso resultado dos esforços, da união e da aplicação da capacidade do tribunal.

Exortou para que todos tornem o TRE uma instituição forte com o empenho, a responsabilidade, a dedicação e a busca pelo conhecimento de todos e por todos. Concluiu ressaltando a satisfação que tem em aprender cada vez mais com a equipe do TRE sobre a Justiça Eleitoral.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA DE NAZARÉ MENEZES MATOS, Técnico Judiciário**, em 18/04/2018, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO DA SILVA SANTOS, Técnico Judiciário**, em 18/04/2018, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAYRA CARVALHO CAVALCANTE PANTOJA E SILVA, Coordenador**, em 18/04/2018, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA SOARES FELIPE, Chefe de Seção substituto**, em 18/04/2018, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ CARNEIRO LIMA, Coordenador**, em 18/04/2018, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS, Secretário**, em 18/04/2018, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ, Assessor**, em 18/04/2018, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO AUGUSTO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ, Secretário**, em 18/04/2018, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA COSTA DE ALMEIDA RAIOL, Analista Judiciário**, em 18/04/2018, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLÁUDIO LUIZ SANTOS SILVA, Técnico Judiciário**, em 19/04/2018, às 08:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL CARVALHO MARINHO, Secretário**, em 19/04/2018, às 11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **EDILEA DA ROCHA NOGUEIRA EUTRÓPIO, Assessor Especial**, em 20/04/2018, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, Assessor-Chefe**, em 20/04/2018, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO, Secretário**, em 23/04/2018, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente**, em 25/04/2018, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS, Secretário**, em 26/04/2018, às 08:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MARIA ALVES DE SOUZA, Coordenador**, em 26/04/2018, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **EDSON DA CRUZ COSTA, Diretor Geral**, em 26/04/2018, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA LEÃO ALENCAR, Assistente**, em 04/05/2018, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0524719** e o código CRC **6227CAD1**.